

15 MAI 1987

ANC

JORNAL DA TARDE

CONSTITUINTE

Um dia bastante agitado, com troca de acusações e ameaças físicas. E mais uma vez não se conseguiu aprovar nada.

Usinas nucleares? O relator diz não.

A usina nuclear de Angra dos Reis será desativada e proibida a fabricação de bombas e mísseis se aprovados na íntegra os arts. 7º e 8º do anteprojeto de norma constitucional apresentado pelo deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), relator da subcomissão de Saúde, Seguridade Social, Ecologia e Meio Ambiente da Constituinte, que tem como presidente o deputado José Elias Murad (PTB-MG), proibindo não só a instalação como "o funcionamento de reatores nucleares, exceto para finalidades científicas".

O texto original do anteprojeto considera "crime as práticas e condutas deletérias ao meio ambiente e à saúde pública, como também a omissão e a desídia das autoridades competentes por sua proteção", e "genocídio, com agravamento da pena, quando tais práticas e condutas afetarem agrupamentos humanos empíricos".

Estes itens são os mais polêmicos do anteprojeto na área

do meio ambiente e ecologia e já estão sendo contestados por fortes lobbies da indústria química, indústria nuclear e setores da especulação imobiliária, segundo denunciou o deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP), tido como o constituinte que mais entende de meio ambiente e ecologia dentro do Congresso Nacional.

Ele considerou o texto preliminar do anteprojeto "super-avanzado", admitindo que se aprovado como o proposto a Constituição brasileira no setor será a mais avançada do mundo, podendo inclusive servir de matriz para outros países da América Latina e africanos de língua portuguesa. Feldmann, porém, disse estar consciente dos poderosos lobbies que já estão se manifestando contra a aprovação de alguns itens do anteprojeto. Mas acredita que o texto original será aprovado porque há consenso entre os constituintes membros da subcomissão, o que em sua opinião será "um ótimo teste para provar a soberania da Constituinte".

E o Planalto impede a votação do (polêmico) projeto da dívida

A Comissão de Sistematização não conseguiu votar ontem à noite o primeiro projeto de decisão apresentado à Constituinte — pretendendo a sustação da dívida externa e uma auditoria, pela Assembleia, dos motivos do endividamento —, devido a um grande tumulto envolvendo o autor do projeto, deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, o presidente da comissão, senador Afonso Arinos, e o líder do PC do B, Haroldo Lima. Foi uma manobra para, do lado do governo, impedir a votação do projeto — e, de outro, esvaziar a sessão para não permitir quórum para a votação.

E a questão acabou ficando em suspensão porque, antes do tumulto que acabou a sessão, o presidente Afonso Arinos não conseguiu proclamar o resultado da votação sim-

bólica (com os partidários do projeto fora da sala de reunião para não dar quórum para a rejeição), não concedeu verificação de quórum pedida pelo deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), e não encerrou formalmente a sessão — segundo foi comprovado pela fita gravada da reunião, ouvida posteriormente no setor de taquigrafia.

Desde cedo, o líder Carlos Sant'Anna articulou com o deputado Prisco Viana (PMDB-BA), que fez o parecer contrário ao projeto, para que este fosse derrotado. Pela manhã, na primeira reunião da Sistematização, por pouco não aconteceu a aprovação do projeto. Como não houve quórum, Afonso Arinos marcou nova reunião para a noite — quando, revertendo a expectativa da votação, Sant'Anna conseguiu um número suficiente de constituintes para derrotar o projeto. Porém, Arinos colocou para votação a preliminar, sem entrar no mérito, levando os deputados que pretendiam a aprovação do projeto a retirarem-se do plenário, para tentar evitar quórum.

O senador fez a votação pelo sistema simbólico e houve aprovação. Foi, então, iniciado o tumulto. O deputado Haroldo Lima disse a Afonso Arinos que "Vossa Excelência se deixou pressionar por Carlos Sant'Anna, se dobrou às

pressões políticas do Planalto, daqueles que estão envolvidos na dívida". E o deputado Ademir Andrade (PMDB-PA) gritou para Sant'Anna que ele era um "penetra dentro do PMDB", e depois para Afonso Arinos, dizendo que ele era um "gospista".

Sant'Anna, evitando ser acusado, fez-se de escudo protetor de Arinos e retirou-o da sala. Conseguiu escapar a um confronto mais sério, que poderia redundar até numa troca de socos.

O RELATOR da subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua segurança, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), justificou ontem sua atitude de pouco ou nada modificar no capítulo constitucional das Forças Armadas, dizendo que muitas das propostas de mudança a ele endereçadas partiam de "um pensamento minoritário, revanchista, irrealista e maniqueísta". Endereçando o recado, Fiúza observou que não era "louco" de acatar a sugestão do PT, de destinar às Forças Armadas apenas a missão de garantir a defesa externa do País. "A Constituição não ia durar", argumentou.

E, no que se refere à proposta do PMDB de subordinar a intervenção das Forças Armadas nos assuntos internos do País à apreciação do Congresso, o relator vaticin-

nou: "Isso é inaplicável e antidemocrático. Não dá para ouvir todo o Congresso. Imagine mais de 500 homens opinando sobre um assunto de urgência e que exija prestação, como é o caso de uma intervenção armada..."

A SUBCOMISSÃO do Sistema Financeiro gastou todo o dia de ontem para, em duas sessões, aprovar uma "nota de esclarecimentos" em que garante que seus membros "não cederam, não cedem e não cederão a pressões de qualquer natureza que levem a Constituinte a fraudar a expectativa de milhões de brasileiros por mudanças". Tudo isso porque o jornal *Correio Brasileiro* publicou em sua edição de ontem uma série de críticas ao relatório do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), atribuindo-as a "assessores" da comissão técnica.

Gasparian, que propôs a nacionalização do sistema bancário e das instituições financeiras, além do tabelamento dos juros a um teto máximo de 12% ao ano, não deu maior importância à notícia — porém, os deputados Waldir de Lucena e Luís Gushiken levantaram a hipótese de que a notícia publicada fazia parte de um grande movimento de pressão dos banqueiros, para desmoralizar os constituintes e garantir a manutenção da atual ordem econômica.